



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: JURIDICORAFael@PMBVT.SC.GOV.BR

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 105/2022 DE 23 DE MAIO DE 2022

De: Assessoria Jurídica

Para: Setor de Contratos e Licitação.

Cumprimentando – o (a) cordialmente, encaminho através da presente comunicação interna o parecer no processo nº 004/2022-FMS, pregão eletrônico 001/2022-FMS, acerca do recurso interposto pela empresa VIP CAR em face da empresa VRIO SOLUÇÕES DE SERVIÇOS DE MONTAGENS DE MÓVEIS EIRELI.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de estima e mais elevada consideração.

RAFAEL GADOTTI

OAB/SC 52.769

Assessor Jurídico

Recebido em: ____/____/____ Assinatura: _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: JURIDICORAFEL@PMBVT.SC.GOV.BR

PARECER JURÍDICO

Nº 105/2022/LIC.

CONSULENTE: DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

CONSULTA: Solicitação de parecer no processo nº 004/2022-FMS, pregão eletrônico 001/2022-FMS, acerca do recurso interposto pela empresa VIP CAR em face da empresa VRIO SOLUÇÕES DE SERVIÇOS DE MONTAGENS DE MÓVEIS EIRELI.

RELATÓRIO

Chegou a esta assessoria a comunicação interna 094/2022 qual encaminha o recurso apresentado, na forma explicitada em epígrafe.

Em apertada síntese, a empresa recorrente ficou em segundo lugar, devido a diferença de aproximadamente R\$ 100,00 (cem reais) do lance dado pela empresa recorrida e ora vencedora do certame.

A empresa recorrente funda seu recurso nas diretrizes estabelecidas para aquisição de veículos pela administração pública, no âmbito do estado de Santa Catarina, neste caso compreendendo tanto governo estadual quanto municipais do referido estado, firmados pelo DETRAN/SC, encontrando respaldo normativo nas leis 6.729/79, com a nova redação dada pela lei 8.123/90, conhecida como lei Ferrari.

As diretrizes estabelecidas pelo DETRAN/SC, foi repassado através do OFÍCIO Nº 395/DETRAN/SC/DIET/2020, para a FECAM – FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, com o ânimo de conhecimento geral das municipalidades, em síntese, o teor do referido ofício alerta a administração que veículos vêm sendo vendidos para administração em desacordo com a lei, de forma que empresas transformadoras ou não concessionárias da marca – ou seja quais não possuem ordem/contrato de concessão – faturam veículos do fabricante e fazem repasse para a administração, de forma que seria impossível a nota ser faturada direto da fábrica ou por distribuidora autorizada para a administração, de forma que seria impossível a regularização de documento de rodagem na forma pré-estabelecida pela BIN – BASE DE ÍNDICE NACIONAL, que nada mais é que:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: JURIDICORAFEL@PMBVT.SC.GOV.BR

uma base de dados informatizada e centralizada que armazena informações oficiais do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), contendo características e informações dos veículos pertencentes à frota nacional a partir do sistema de Registro Nacional de Veículo (RENAVAM).¹

Portanto, o ofício em comento salienta que a aquisição pela administração deve observar tais diretrizes, e nesta senda, o recurso vem instruído com **CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO**, firmado entre empresa recorrente e **PEUGEOT CITROËN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA**, qual estipula as condições, direitos e obrigações da distribuidora.

Em suma, o contrato estipula que fica autorizada a distribuidora/empresa recorrente a vender os veículos da marca em todo o território estipulado em contrato, e ainda, de forma a atender ao previsto no ofício 395/DETRAN/SC/DIET/2020, a nota emitida pela concessionária/representante da marca e ora recorrente será a primeira, por tanto para fins burocráticos o veículo entregue será zero quilometro e o primeiro proprietário esta administração, não se tratando portanto de mero repasse de veículo, não havendo brechas para a possível venda de veículo usado, de forma que, não implicará em divergências ou complicação no momento do emplacamento do veículo.

Sendo assim a empresa recorrente fez prova de suas alegações e demonstrou possui a capacidade técnica para fornecimento e entrega do objeto e ainda possuir direito de representação da marca PEUGEOT CITROËN.

Aberto prazo para a empresa recorrida apresentar contrarrazões de recurso, tal prazo escoou *in albis*.

De mesma forma este assessor diligenciou junto a documentação apresentada pela empresa recorrida, verificou constar inúmeros atestados de capacidade técnica, entretanto alguns sem validade ante a ausência de assinatura, e a grande maioria informando apenas a montagem dos

¹ <https://www.consultaauto.com.br/blog/informativo/o-que-e-bin>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: JURIDICORAFEL@PMBVT.SC.GOV.BR

veículos, e algumas notas, entretanto não apresentando informações de CRV para que fosse consultado o registro do veículo junto a BIN, portanto deixando de comprovarem possuir tal requisito.

Ainda, em diligência não verificou-se a presença de contrato de concessão avençado junto a montadora de veículo, sendo assim, evidente o desinteresse de demonstrar possuir condição de realização da venda, e ainda, deixou de comprovar o atendimento as diretrizes estipuladas pelo DETRAN.

Nesta senda, não verifico outro resultado útil ao processo a não ser o seu conhecimento e correlato provimento a ser exarado pelo setor de licitações, de forma a desclassificar a empresa recorrida.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

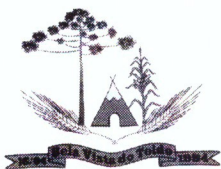
No mérito, respondo à indagação apresentada pelo consulente, e faço referência a lei 6.729/79, mais especificamente seu artigo 15, I, a,², qual especifica que poderão ser realizadas vendas independentemente da atuação ou pedido concessionários, de veículos, para a administração pública.

Entretanto as diretrizes administrativas para a aquisição de veículos, visando a aplicação do melhor interesse da administração pública em suas aquisições, prevê a obrigação do fornecimento de nota primária da concessionária/distribuidora diretamente para a administração, de modo que o CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO apresentado pela empresa recorrente prevê esta possibilidade, já a documentação apresentada em sede de habilitação pela empresa recorrida não

² Art. 15. O concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automotores.

I - independentemente da atuação ou pedido de concessionário:

a) à Administração Pública, direta ou indireta, ou ao Corpo Diplomático; - LEI 6.729/79



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: JURIDICORAFANEL@PMBVT.SC.GOV.BR

supre a necessidade de comprovar a sua regularidade perante as diretrizes estipuladas pelo OFÍCIO Nº 395/DETRAN/SC/DIET/2020.

Estando o processo, pós fase recursal adentrando a fase de habilitação, verifica-se que a empresa recorrida, diferente da recorrente que apresentou documentação comprovando atender as diretrizes estabelecidas em lei especial, se encontra inapta a contratar com a administração desta municipalidade, haja vista não estar de acordo com o previsto no artigo 67, IV da lei 14.133/2021³, motivo pelo qual a sua inabilitação é medida que se impõe.

Em consequência da inabilitação pela ausência de provas, em tempo hábil fornecido pela administração, deverá a empresa ser desclassificada.

CONCLUSÃO

Lume o exposto, a assessoria jurídica municipal, pelo profissional que a este subscreve, opina de forma favorável ao conhecimento do recurso apresentado, pois tempestivo é, e ainda pelo seu provimento para que seja a empresa recorrida INABILITADA na fase em que encontra-se o processo e em consequência seja desclassificada.

Que sejam realizadas as comunicações e publicações necessárias a fim de atender ao princípio da publicidade.

Sem mais para o momento, é o parecer que submeto à apreciação de Vossa Excelência.

³ Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso; - LEI 14.133/2021



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: JURIDICORAFael@PMBVT.SC.GOV.BR

Bela Vista do Toldo - SC, 23 de maio de 2022.

RAFAEL GADOTTI

OAB/SC 52.769

Assessor Jurídico